



TJPE

**PLANO ANUAL DE
AUDITORIA - PAA**

2019



PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2019



EQUIPE

Clarissa Amaral Mendes de Lima

Chefe da Controladoria

Oscar Edson Gomes de Barros

Chefe Adjunto da Controladoria

Victor Felix de Oliveira

Chefe do Núcleo de Auditoria Contábil, Financeira e Patrimonial

Jeferson Borges Correia

Analista/Contador

Núcleo de Auditoria Contábil, Financeira e Patrimonial

Joalison Lima Alves

Chefe do Núcleo de Auditoria em Licitações, Contratos e Convênios

Dayvson Florêncio Costa

Chefe do Núcleo de Auditoria de Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas

José Guilherme Nascimento da Silva

Chefe do Núcleo de Auditoria de Pessoal

Nelson Gonçalves Júnior

Chefe do Núcleo de Auditoria em Obras e Serviços de Engenharia

Arthur César T. C. de Albuquerque

Chefe do Núcleo de Auditoria em Tecnologia da Informação e da Comunicação

Ivonete Barreto da Silva

Secretária




1. INTRODUÇÃO

Em razão da regulamentação expedida por meio da Resolução nº 171/2013, do Conselho Nacional de Justiça c/c a Instrução Normativa TJPE nº 15, de 07 de outubro de 2015, que regulamenta as atividades e procedimentos da Controladoria do Tribunal de Justiça, bem como sua relação com os órgãos internos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, apresenta-se o Plano Anual de Auditoria (PAA) para o exercício de 2019, que se constitui em instrumento de planejamento, contemplando as ações de controle a cargo desta Controladoria.

Nesse contexto, considerando as adequações promovidas na Resolução TJPE nº 302/2010, pela Resolução TJPE nº 418/2019, relativamente à estrutura e competências da Controladoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), tornando-a consonante com a realidade atual do Órgão, em face das demandas da atualidade, especialmente as advindas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

Considerando que as adequações implicaram a transformação de dois Núcleos anteriormente existentes, no Núcleo de Auditoria de Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas e no



Núcleo de Auditoria em Tecnologia da Informação e da Comunicação, bem como o estabelecimento de suas respectivas competências;

Considerando que a adoção de tais medidas impõe a necessidade de novo planejamento das ações a serem realizadas no período remanescente do Plano de Anual de Auditoria – 2019, aprovado pela Presidência do TJPE em 10/12/2018,


A alteração na estrutura e competências da Controladoria corrobora os esforços empregados no objetivo de alinhar, cada vez mais, sua atuação às demandas advindas do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que impõem o aperfeiçoamento dos órgãos de controle interno do Poder Judiciário, a fim de que possam agregar valor ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, contribuindo para o alcance da missão institucional, para o aumento da produtividade, eficiência e qualidade das atividades desenvolvidas.

2. FATORES LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

Na elaboração deste Plano consideraram-se importantes as variáveis adiante especificadas, em face da impossibilidade de efetivar ações de controle sobre todo o universo auditável:

- a força de trabalho disponível na Controladoria, considerados os períodos de férias e outros afastamentos;
- a necessidade de capacitação de pessoal direcionada às atribuições específicas de auditoria;
- materialidade, relevância e criticidade das áreas a serem examinadas;
- necessidade de monitoramento das recomendações efetuadas no transcorrer do exercício de 2018;
- fragilidade nos controles internos administrativos.

As auditorias previstas neste Plano possuem foco preventivo, voltado para a identificação e mitigação de riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos Institucionais, atendendo aos padrões e diretrizes estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de assegurar a legalidade, legitimidade,



economicidade, eficiência, publicidade e transparência das gestões administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, fornecendo o adequado apoio à alta Administração deste Poder, no gerenciamento de recursos públicos.

Este Instrumento também contempla a realização de duas Ações Coordenadas de Auditoria propostas pelo Conselho Nacional de Justiça para o exercício 2019, baseadas na previsão do art. 13 da Resolução CNJ 171/2013.

A 1ª Ação Coordenada de Auditoria (Auditoria em Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil), prevista para os meses de maio e junho/2019, tem como escopo a avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional e, ainda, quanto à adequação orçamentária e financeira; a sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais; avaliação das metas do Plano Plurianual (PPA); e execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, com identificação de que forma tais instrumentos de ação de governo têm melhorado os serviços do Poder Judiciário prestados à sociedade.

Já a 2ª Ação Coordenada de Auditoria (Auditoria em Gestão Documental), prevista para os meses de outubro e novembro/2019, possui como escopo a



avaliação da gestão documental compreendendo avaliação sobre a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação dos documentos que são gerados, e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.

Não foram incluídas no PAA ações de controle que serão realizadas ao longo do exercício segundo demandas específicas que venham a surgir.

Os trabalhos de auditoria planejados serão sustentados por programas de trabalho específicos.

As auditorias planejadas poderão sofrer alteração no decorrer do exercício, caso ocorra necessidade de auditoria especial, em função de fato, circunstância ou situação identificada nas atividades de controle.

3. DESAFIOS QUE PODEM INFLUENCIAR NO CUMPRIMENTO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA 2019

Na perspectiva de efetivo cumprimento do PAA 2019, a Controladoria considerou, em seu planejamento, também, condições limitantes ao exercício de suas atribuições.

Destaca-se, de início, a indisponibilidade de softwares especializados para auditoria e a ausência de ferramentas para auxiliar na transformação de dados brutos em informações significativas e úteis.

Ademais, deve-se ponderar a quantidade insuficiente de servidores lotados na Unidade. Impende registrar que, dos 06 (seis) Núcleos de Auditoria, apenas 01 (um) conta com 02 (dois) servidores.

Levou-se em conta, também, a alteração na estrutura e competências da Controladoria, promovida pela Resolução TJPE nº 418/2019, implicando a necessidade de capacitação e atualização dos novos servidores lotados em auditoria e matérias afins, imprescindíveis para o bom desenvolvimento das atividades afetas a esta Unidade de controle.

Por fim, a força de trabalho da Controladoria será compartilhada nas auditorias programadas, nos monitoramentos, bem como em outras atividades desempenhadas pela Unidade para suportar a função controle, nos termos constitucionais, das demandas legais e de outras determinações da Presidência do TJPE e dos Órgãos de controle externo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante prognosticado na versão original deste Plano, as ações de controle estabelecidas para o exercício de 2019 estão sendo alteradas para adequações, em face das necessidades operacionais supracitadas, mediante prévia anuência da E. Presidência desta C. Corte.

O presente plano está alinhado com a estratégia definida pelo Conselho Nacional de Justiça e, com sua aprovação, viabilizando a realização dos trabalhos propostos, objetiva-se atuar junto às unidades auditadas, colaborando para o aprimoramento dos controles internos e, conseqüentemente, melhorando a eficácia e eficiência dos processos de trabalho analisados.

Ressalte-se que, para além das ações aqui descritas, a alta Administração do Tribunal poderá acrescentar outras, por razões de conveniência e oportunidade.

Após a apreciação e aprovação da Presidência desta Corte, este novo Plano será divulgado na página eletrônica deste Tribunal.

Recife, 28 de maio de 2019.

Clarissa Amaral Mendes de Lima
Chefe da Controladoria

Oscar Edson Gomes de Barros
Chefe Adjunto da Controladoria



EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação Social

Núcleo de Design e Produção Gráfica

Marcos Costa

Projeto gráfico e diagramação

Assis Lima

Fotografia da capa / Palácio da Justiça

Junho/2019